

CONDIÇÕES PIORAM, ACIDENTES AUMENTAM

Número de acidentes de trabalho aumenta na última década, preocupa sindicatos e organismos internacionais, que culpam a forma de produção.

Por Caio Zinet

Ao longo da última década, o Brasil reduziu significativamente o número de desempregados. O número de empregos gerados, no entanto, não é o único elemento a ser analisado quando o assunto é a questão do trabalho. Outros temas como a garantia de direitos, salário digno, registro em carteira, também precisam ser analisados para compreender se uma sociedade está ou não avançando na garantia de qualidade de vida da maioria de sua população.

O número de acidentes de trabalho é um indicador importante para mostrar que o Brasil ainda tem muito a avançar na qualidade do trabalho. Em 2001, ocorreram cerca de 340 mil acidentes de trabalho, em 2007 esse número aumentou para 653 mil. Os últimos dados divulgados pelo Ministério da Previdência sobre o tema, relativos ao ano de 2010, apontam que o crescimento continua com cerca de 720 mil acidentes de trabalho no país.

Os acidentes e mortes no trabalho também tem um importante impacto orçamentário. A previdência social gastou quase R\$ 11 bilhões com pagamentos de auxílio doença, auxílio acidente em 2010. O número é considerado alto por entidades internacionais, centrais sindicais e até mesmo pelo próprio governo.

“Embora tenhamos avançado nos últimos anos, principalmente com relação à mortalidade no trabalho, o número de acidentes de trabalho ainda é alto no Brasil”, afirmou Rinaldo Marinho, Diretor do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho da Secretaria de Inspeção do Trabalho.

“Entendemos que sim e que por meio de ações efetivas por parte de todos os setores envolvidos seja possível a redução deste índice”, afirmou Domingos Lins, da Fundacentro, órgão técnico ligado ao Ministério do Trabalho, ao ser perguntado sobre se considera alto o número de acidentes no trabalho no país.

“Deu uma estabilizada no número de acidentes de trabalho, porém ainda permanece um número alto. As estatísticas entre 2007 e 2009 contabilizam mais de 2 milhões de acidentes de trabalho, sendo que 15 mil trabalhadores tiveram incapacidade permanente e



De acordo com a OIT, o Brasil ocupa o 4º lugar no ranking mundial de acidentes fatais.

outros 8 mil perderam suas vidas. Nós estamos falando de mais de duas pessoas que morrem por dia em acidentes no trabalho. Esse índice é muito alto”, afirmou a secretária de Saúde do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Junéia Martins Batista.

Os dados podem ser ainda maiores, pois a estatística contempla apenas aqueles trabalhadores formais que notificaram seu acidente ao Instituto Nacional do Seguro Nacional (INSS). Dessa forma, quem não é formalizado e se acidenta ou adoecer devido às condições de trabalho não entra nessa estatística.

“Esses dados divulgados pelo Ministério da Previdência são relativos somente à economia formal. Nós devemos ter outra grande quantidade de trabalhadores que estão na informalidade que se acidentam ou ficam doentes por conta do trabalho e nós não temos essas informações. Há ainda muitos casos de doenças em trabalhadores formais que não recebem benefício como doença do trabalho, e, portanto, não entram nas estatísticas oficiais”, afirmou

o consultor da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Zuhier Handar.

O número de trabalhadores com carteira assinada cresceu no país ao longo da última década, mas a informalidade ainda permanece em níveis altos. De acordo com dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) 37,4% dos trabalhadores brasileiros não tinham carteira assinada em 2009.

Esses trabalhadores vivem em condições mais precárias de trabalho do que os com carteira assinada, pois não têm proteção social alguma ligada ao trabalho e vivem sobre a congnia da insegurança.

Além disso, também há subnotificação no mercado formal. “Esses dados sobre acidentes de trabalho, na maioria dos casos, são subnotificados. Acredito que o número de acidentes seja pelo menos 30% maior do que o divulgado”, afirmou Luiz Carlos Prates, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, e da secretaria nacional da Central Sindical e Popular Conlutas (CSP).

Segundo o líder sindical, a subnotificação no mercado formal acontece principalmente quando o acidente de trabalho se dá em doenças que ocorrem devido à prática profissional. “Acidente é difícil, eles não fazem a notificação porque tem pressão dos sindicatos, mas nas doenças profissionais acontece muito porque as empresas tentam provar que a doença profissional não se deu no ambiente de trabalho, mas sim em outros afazeres. Quando alguém aparece com LER (Lesão por Esforço Repetitivo), por exemplo, a primeira pergunta que a empresa faz é o que você fez no dia anterior, se lavou roupa, carregou peso procurando descaracterizar a doença advinda das condições de trabalho repetitivo”, afirmou.

FRIGORÍFICOS

Uma das áreas que mais concentra acidentes do trabalho é a indústria de frigoríficos, onde ocorreram, em 2010, quase 18 mil acidentes de trabalho. Esse setor tem uma importância estratégica para o Brasil, pois representa uma grande fatia das exportações nacionais, ocupando o oitavo lugar na pauta exportadora em 2011 com cerca de R\$ 15,3 bilhões em produtos mandados ao exterior. A Brasil Foods, JBS e Marfrig, empresas do ramo, estão na lista dos 20 maiores exportadores do país.

O número de acidentes é tão grande que em alguns casos a contribuição previdenciária das empresas não cobre os gastos que o INSS tem ao atender os trabalhadores desta mesma empresa que se acidentam. Estudo realizado pelo sindicato dos trabalhadores das empresas de frigoríficos de Santa Catarina estima que a Sadia contribuiu com R\$ 30 milhões ao INSS entre 2003 e 2007, que em contrapartida desembolsou cerca de R\$ 170 milhões em benefícios previdenciários aos trabalhadores da Sadia vítimas de acidentes.

A linha de produção de um frigorífico é organizada de forma que a carne corre pendurada enquanto diversos trabalhadores na linha de produção cortam em pedaços, que depois serão embalados e distribuídos. Esses trabalhadores são obrigados a fazer muitos cortes por segundo, como relata Junêia. “Para cortar uma coxa de frango são 16 movimentos em 6 segundos, são mais de dois movimentos por segundo. Então, claro que tem uma hora que a faca erra e pega o dedo, ou a mão de um trabalhador. Às vezes, não dá para usar aquela luva metálica de proteção que não é adequada, porque o frango escorrega na mão e o trabalhador tem que tirar para poder continuar trabalhando. Mas isso o capital não quer saber”.

Reportagem da ONG Repórter Brasil aponta que trabalhadores das indústrias de aves desossam, no mínimo, quatro coxas de frango por minuto. Nessa função, há funcionários que realizam até 120 movimentos diferentes por minuto, sendo que estudos ergonômicos apontam que o limite de ações por minuto deve se situar na faixa de 25 a 33 movimentos, de forma a evitar o aparcimento de doenças.

As Lesões por Esforço Repetitivo e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (LER-DORT) são a principal doença desenvolvida pelos trabalhadores do setor e tem relação direta com o ritmo de repetições que são obrigados a fazer durante o abate.

Fiscalizações do Ministério Público do Trabalho, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, flagraram trabalhadores sendo submetidos a uma jornada de 15 horas diárias. Dados do Ministério da Previdência, relativos ao ano de 2010, estimam que os danos à saúde do trabalhador de frigoríficos são muito mais comuns que nos demais segmentos.

No abate de bovinos, por exemplo, ocorre o dobro de traumatismo de cabeça, três vezes mais no abdômen, ombro e braço e seis vezes mais queimaduras em comparação com média de outros trabalhos. O trabalhador que realiza abate de suínos e aves corre risco 743% maior de lesionar o punho que os demais trabalhadores.

O psicólogo social Leandro Inácio Walter relatou, em entrevista ao site do Instituto Humanitas Unisinos, o processo de produção dentro de frigoríficos e as consequências disso para os trabalhadores. Ele relata, por exemplo, que uma sirene tocava no local de trabalho quando as metas de produção não eram atingidas.

“Quando as metas de trabalho não eram atingidas, uma sirene era acionada, avisando que tinha algo errado. Nesses casos, muitos trabalhadores chegavam a ter reações de pânico, de intensa ansiedade e ficavam agitados só de ouvir qualquer barulho que se assemelhasse a uma sirene, mesmo fora do ambiente de trabalho. Qualquer barulho semelhante trazia essa lembrança do horror das situações que eram vivenciadas no local”, afirmou o psicólogo.

O alto número de acidentes de trabalho, portanto, não é o único problema na linha de produção dentro de um frigorífico. Muitas pessoas adecem por coxa das pressões e pelas condições de trabalho a que são submetidos. A chance de um trabalhador desenvolver transtorno de humor no abate de aves é 3,41 vezes maior.

“Como um indivíduo vai trabalhar em um ambiente de trabalho em que não possui seus direitos básicos respeitados? Ouvi relatos de pessoas que não conseguiam ir ao banheiro e acabavam trabalhando urinadas e defecadas. Nós estamos falando da situação de trabalho de um local que produz alimentos”, afirmou Leandro.

TERCEIRIZADOS

Ao longo dos últimos anos, o Brasil viveu um crescimento exponencial de trabalho terceirizado, 25% das pessoas que têm carteira assinada no país estão nessa situação que concentra a maioria dos acidentes de trabalho. Estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) estima que oito em cada 10 acidentes de trabalho acontecem com trabalhadores terceirizados. Em casos onde há morte, quatro entre cinco ocorrem

em empresas prestadoras de serviço.

O número de acidentes de trabalho é maior, porque o ritmo imposto a esses trabalhadores também é maior. Nesse mesmo estudo, o Dieese estima que os terceirizados receberam em 2010 um salário 27,1% menor que os contratados diretamente, e trabalham 43 horas em média, ante 40 horas dos diretamente contratados. Além disso, o tempo médio de permanência dos terceirizados no mesmo emprego foi de apenas 2,6 anos, ante 5,8 dos setores não terceirizados.

Para Luiz Carlos Prates, os terceirizados tem seu trabalho mais precarizado que os demais, acumulando mais funções o que acarreta em mais acidentes.

“Os acidentes são mais frequentes com terceirizados, porque as empresas terceirizam para diminuir seus custos. Então, elas pagam menos, têm menos funcionários. Isso faz com que os trabalhadores acumulem mais tarefas o que aumenta o risco de acidentes de trabalho”.

Outro setor aquecido que concentra grande número de acidente de trabalho, e de terceirizados, é a construção civil. Em 2010, foram cerca de 55 mil acidentes com trabalhadores da construção civil, de acordo com dados do Ministério da Previdência. Esses dados tendem a aumentar no próximo período por conta das obras do PAC, Copa do Mundo e Olimpíadas. Além do impulso que o setor ganhou com o programa Minha Casa Minha Vida do governo federal.

“Nós não temos números de acidentes de trabalho em obras como Belo Monte e Jirau. A CUT solicitou ser notificada dos acidentes todos que tivessem, mas provavelmente nós não conseguimos ser notificados. Nós imaginamos, no entanto, que estão acontecendo muitos acidentes. É uma combinação explosiva de pessoas sem treinamento algum com um processo de produção a toque de caixa”, afirmou Junêia.

Ela traça um paralelo entre as obras da Copa do Mundo e Belo Monte. “Para a construção do estádio em Brasília são 400 ônibus que despejam os trabalhadores às 6 da manhã e voltam só no final da noite. Isso para a construção de um estádio, imagina como é Belo Monte”.

A preocupação com os acidentes é grande e motivou a criação do Programa Nacional de Acompanhamento de obras na construção civil pesada, que engloba obras do PAC, Copa do Mundo e Olimpíadas no Brasil.

“Temos encontrado algumas infrações nos canteiros de obras, principalmente relacionados à falta de proteção contra queda e a problema com manutenção dos equipamentos. Nas obras das hidrelétricas e linhas de transmissão, os acidentes acontecem também durante o desmatamento”, afirmou Rinaldo. Ele completa afirmando que, em alguns casos, as empresas responsáveis pelas obras não fizeram um bom plano de gestão para evitar acidentes. “O ritmo de trabalho e a falta de planejamento adequado para combater acidentes são os grandes responsáveis pelos incidentes nessas obras”, concluiu.



FOTO: PAULO RODINO/FIOCRUZ

Condições precárias aumentam a chance de acidente.

A situação dos acidentes de trabalho não é melhor em empresas estatais. Levantamento do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindipetro-NF) estima que somente na Baía de Campos aconteceram 1606 acidentes em 2011. No mesmo local, morreram 119 trabalhadores entre 1998 e 2012, sendo 85 terreirizados e 34 efetivos da Petrobras. São mais de 300 mortes no mesmo período se somados os outros locais de trabalho da Petrobras.

PERÍCIAS MÉDICAS

Quando um trabalhador está doente por conta das condições de trabalho, ele precisa procurar um médico, seja da empresa, particular ou do SUS. Esse médico dá um atestado de afastamento. O acidentado, no entanto, precisa passar por uma perícia no INSS para obter os benefícios a que tem direito, como afastamento até a recuperação completa, indenização e salário pago pelo órgão. Esse mecanismo, no entanto, é alvo de muitas críticas por parte dos sindicatos que acusam o INSS de fazer uma perícia desumana e vexatória.

“O trabalhador sofre algum acidente e vai ao médico da empresa que recomenda afastamento para tratamento, seja por doença física ou psicológica. Porque o atestado desse médico precisa passar por outro médico (do INSS)? Para o Estado, o trabalhador e o médico são fraudadores sistema”, afirma Juneia.

“A forma como esses trabalhadores são tratados nas agências do INSS é uma forma desumana. As pessoas que estão doentes esperam numa fila por 3, 4 horas, e o médico na maioria das vezes não tem nem atenção de olhar na cara da pessoa. Se o SUS funcionasse de fato, o trabalhador não precisaria procurar um plano de saúde particular para se tratar. Ele iria ao sistema público dizendo ‘estou doente’, o médico constatou que está doente, acabou”, completa a sindicalista.

Luiz Carlos Prates concorda com as críticas

e aponta mais problemas no sistema, como a volta antecipada ao trabalho. O INSS autoriza o afastamento por um determinado período como estabelecido em tabelas que estipulam o tempo de afastamento de acordo com a doença que o trabalhador tem. O problema é que por muitas vezes a pessoa ainda não está totalmente recuperada para voltar à empresa e precisa de mais tempo de afastamento, mas o INSS tem negado esse direito de reavaliação.

“A orientação da perícia do INSS não é a saúde, é tentar descobrir o que o trabalhador está tentando fazer para enganar o Estado. As pessoas estão doentes e são liberadas para trabalhar. Isso é simbólico e tem acontecido muito nos últimos anos e prejudica a vida de milhares todos os dias”, aponta Prates.

CAUSAS

Parte do empresariado tenta imputar a culpa pelos acidentes aos trabalhadores que não seguiriam as normas de segurança promovidas pela empresa.

Zuher Handar discorda dessa análise e atribui os acidentes ao modo de organização do trabalho. “Os acidentes acontecem, em primeiro lugar, por conta das condições precárias de trabalho, em segundo lugar estão as condições do ambiente de trabalho, por exemplo, a presença de fatores de risco que não são controlados, minimizados e, principalmente, eliminados do ambiente de trabalho. Um terceiro ponto é a organização do trabalho em si, o ritmo, a intensidade, a pressão que se tem por uma alta produtividade. Isso acaba expondo o trabalhador a mais riscos”.

“Boa parte das causas (dos acidentes do trabalho) estão relacionadas à organização do trabalho, ou seja, jornada, ritmo, tempo e movimentos, pressão por produção, o desenho e a forma como o trabalho é organizado e realizado”, afirma Domingos Lino, da Fundacentro.

A CUT concorda com essa visão, apontando que as metas, os prazos exigidos estão entre os principais responsáveis por acidentes de trabalho, pois colocam o trabalhador sobre uma grande pressão para aumentar a produtividade sem levar em conta, muitas vezes, que essa intensidade pode causar acidente.

“O grande problema que temos hoje, não só Brasil, mas no mundo, é a forma da produção, a forma como é feita. A questão das metas, dos prazos, do tempo que as pessoas têm para produzir são os principais responsáveis pelos acidentes de trabalho”, analisa Juneia.

Luiz Carlos Prates aponta o corte de gastos e de funcionários como outro fator que influencia no aumento no número de acidentes. Ele conta que, recentemente, um trabalhador foi imprensado na linha de produção de uma fabricante de automóveis, porque o outro funcionário, responsável por olhar e avisar em caso de risco, foi demitido com base em uma política de corte de gastos.

“As empresas estão diminuindo o número de trabalhadores, e consequentemente colocam os funcionários que continuam para exercer mais tarefas. A política de corte de gastos tem na outra ponta o aumento crescente dos acidentes de trabalho”, afirma.

Ele completa explicando que o tema por muitas vezes é relegado a segundo plano. “A queda de um avião onde morrem 200 pessoas é investigado, existe toda uma comção por parte da imprensa. Os trabalhadores morrem diariamente e não existe comção. Isso faz com que a morte no trabalho seja banalizada. O trabalho, que é um meio de vida, se torna um meio de morte e de acidentes”.

Outro fator importante para explicar o alto número de acidentes de trabalho é a falta de treinamento em normas de segurança ou a falta de equipamento que diminua os riscos a que os trabalhadores são expostos.

“Parece que o trabalhador precisa o tempo todo saber qual é o processo de trabalho dele por conta própria. É como se a pessoa nascesse sabendo. A partir do momento que você chega na linha de produção tem que produzir tantas peças por dia, não importa como se faz isso. Isso é um grande problema, porque o trabalhador que não é treinado tem um risco muito maior de se acidentar”, observa Juneia.

Outro problema apontado pelos sindicalistas é o fato dos trabalhadores não participarem do processo de discussão sobre as normas de segurança no trabalho. Isso acaba gerando choques, pois o trabalho concreto é diferente do imaginado.

“Muitas vezes o mecanismo de proteção individual é completamente desconfortável para o trabalhador que é o que mais conhece seu exercício diário e por isso precisa pensar também as políticas de prevenção junto com as empresas. É preciso criar, sempre que possível, métodos de prevenção coletivos, que previna o ambiente e não a pessoa que está no local. Se existe um local de trabalho onde existe fagulha, a pessoa não precisaria usar o óculos de segurança, era só isolar o local”, completa o sindicalista.

Ele defende, ainda, o fortalecimento da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) nos locais de trabalho. “As empresas restringem ao máximo o trabalho da CIPA, por exemplo, limitando o tempo de investigação de um acidente, ou de identificação de situação de riscos, parar a produção quando esta pode colocar o trabalhador em alguma situação de risco. Quando eles fazem isso, por muitas vezes são castigados, recebem punições”, conclui.

É caso, por exemplo, do Joaquim Aristeu, demitido por justa causa da Ambev em março desse ano. Ele era vice-presidente da CIPA e foi demitido por denunciar nas redes sociais e sites da internet um acidente que matou um jovem trabalhador de 25 anos. À época, Aristeu culpou a Ambev pelo acidente por não fornecer instrumentos de prevenção de acidentes.

A estabilidade do trabalhador acidentado

também é outro ponto chave. A legislação prevê que a empresa é obrigada a manter o empregado por pelo menos 1 ano após o acidente de trabalho. Em muitos casos, o trabalhador é demitido logo após esse período, uma vez que, por conta da doença, ele não consegue manter o mesmo ritmo que tinha antes.

Prates critica a legislação e a postura do governo de não alterá-la. "O governo Dilma poderia editar uma lei que protegesse o trabalhador acidentado, ou que tenha adquirido uma doença ocupacional, mas não o fez para não enfrentar as empresas que querem trabalhadores mais produtivos e logo demitem o acidentado".

PLANSAT

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho criaram, em abril desse ano, o Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho (Plansat), que visa "à formulação e execução de programas e ações nacionais voltadas à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho. O principal objetivo do programa é reverter o cenário de crescimento do número de acidentes de trabalho presenciado no Brasil nos últimos anos". Também fazem parte do Programa o Ministério da Saúde, o Ministério da Previdência Social, o Ministério do Trabalho e Emprego e a Advocacia-Geral da União.

A iniciativa ocorre, justamente, porque os órgãos referidos estão preocupados com o grande aumento no número de acidentes de trabalho no país. Entidades sindicais, no entanto, criticam o plano por considerá-lo insuficiente e por partir do pressuposto de que o trabalhador é o responsável maior pelos acidentes.

"Nós, da CUT, tivemos muitas críticas à forma como vem sendo colocado (o Plansat), tanto pela mídia como pelo próprio STJ, e mesmo pelo próprio governo, que tem feito uma campanha pela diminuição das mortes e acidentes de trabalho cuja tônica é a de que os acidentes de trabalho acontecem porque os trabalhadores são distraídos, que eles não usam os equipamentos de proteção individual ou coletivo de uma forma correta, quando na verdade, para nós, os acidentes de trabalho estão relacionados à falta de treinamento e à intensificação do processo de trabalho", afirma Juneia.

Em nota, a CSP Conlutas afirmou que "nosso país não tem uma política para reduzir os números de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. Pelo contrário, a atual política está voltada para garantir o lucro dos patrões. O Plano Brasil Maior, por exemplo, é um pacote que concede R\$ 60 bilhões às empresas e extingue a contribuição patronal de vários setores. A perversa lógica de tirar do caixa do INSS e dar aos patrões abre o caminho para uma nova reforma da previdência com ataques aos trabalhadores".

Sérgio Vaz

AMOR DE TODO DIA

Uma mulher de verdade é difícil de impressionar
elas são fortes quando se fingem de frágeis
são livres quando nos querem presos
e são cruéis quando querem nos abandonar.
Um homem sem nada, é quase
abandonado ele não é nada.

Não há regra para o amor,
muitas vezes desregrar é o melhor a fazer.

Engraçado que o amor
não amadurece com o tempo,
ninguém aprende ou ensina a amar,
ama-se, ou não.

Rugas e espinhas sofrem do mesmo tamanho.

Se queres o amor de uma mulher,
ainda que por alguns momentos,
retenha nos seus braços apenas o tempo
de amá-la,

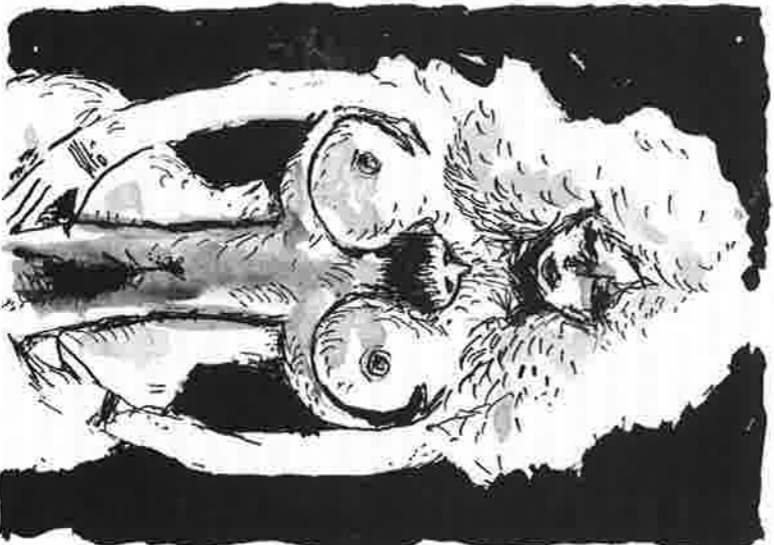



ILUSTRAÇÃO: DIDIU RIO BRANCO

Zuher Handar, consultor da OIT, também critica o plano por considerá-lo pouco objetivo. "O Estado possui uma política nacional de segurança no trabalho que foi assinada recentemente e está sendo implementada. Acho que esse plano tinha que ser muito mais objetivo, muito mais prático, garantindo uma maior integração entre os órgãos de saúde, trabalho e previdência numa perspectiva de que as ações sejam realmente integradas com uma política única desses setores na área de saúde".

Para ele, a responsabilidade do acidente de trabalho é dividida entre governo, empresas e trabalhadores, com maior peso para o setor empresarial que tem que investir mais em políticas de seguridade para seus empregados.

"Há uma responsabilidade do governo em fazer cumprir determinadas legislações, por outro lado, os empregadores são responsáveis legalmente pela segurança e saúde do trabalhador em seu ambiente de trabalho. Então, eles têm que investir mais na melhoria das condições do trabalho. Isso seria um pulo fantástico. Esse investimento traz um benefício para a economia do país, para a saúde do trabalhador e, sobretudo para a qualidade de vida da população. Os trabalhadores também têm que reconhecer um pouco mais seu espaço de participação nos sindicatos", conclui. 

Caio Zinet é jornalista.


há as que se aninham, e as que gostam de voar,

com os braços livres poderá distingui-las.

Beije-a como se a amasse (caso não a ame),
tenha sempre uma palavra sincera, mas não
diga com a boca,
diga com a pele. Elas escutam melhor quando os pelos eriçam.

Ofereça rosas, mas com espinhos duros. Bem duros.

Dias de invernos costumam dar ótimas primaveras.

De mais a mais,
tocá-la no claro como se fosse cego
e saiba chegar como se despedir,
e ter muita ivaginação.
Sim, ivaginação. 

Sérgio Vaz é poeta e fundador da Cooperifa.
www.colecionadordepedras1.blogspot.com
Twitter.com/poetasergiovaz